



A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE O PROESDE-SC

Margarida B. Schafaschek
Stela M Meneghel¹

Resumo: Na América Latina, e em particular no Brasil, a produção do conhecimento e a promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões (doravante apenas Desenvolvimento Regional – DR) têm como um dos pilares, desde a década de 1960, as Instituições de Educação Superior-IES, mormente as Universidades. Ou seja, tem sido designado a estas a tarefa de produzir ciência e tecnologia, bem como de formar recursos humanos para atuar de forma eficiente nos setores econômicos existentes na sociedade. No estado de Santa Catarina a percepção sobre o potencial das Universidades como promotoras do DR foi retomada no início de 2004, com a criação e implementação do “Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional” – PROESDE. Trata-se de uma iniciativa conjunta de universidades do oeste catarinense e de órgãos públicos, que viram na formação de agentes de desenvolvimento regional uma possibilidade de impulsionar o desenvolvimento das regiões. Implementado inicialmente nas regiões oeste e meio oeste, no ano de 2006 o programa foi estendido para o planalto norte e outras regiões do estado, tendo formado últimas turmas no ano de 2008. Esse texto tem por objetivo analisar os propósitos e resultados alcançados pelo programa a partir da análise das concepções de universidade, desenvolvimento e papel da ciência e tecnologia-CT presentes no projeto de criação deste, em comparação com as concepções surgidas durante a sua implementação na Universidade do Contestado-UnC (campus de Caçador, Concórdia, Canoinhas, Curitibaanos e Mafra). Para tanto, este texto fará, a princípio, um breve resgate histórico do PROESDE/SC, caracterizando o contexto que motivou sua criação, bem como suas diretrizes, objetivos e concepções. Em seguida, serão analisadas as contradições do processo a partir da concepção dos docentes ligados ao programa e da condução do curso pela UnC. Finalizando, faremos uma reflexão sobre a contribuição do PROESDE para o debate em torno da promoção do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: desenvolvimento regional – universidades comunitárias – políticas públicas.

Abstract: In Latin America, and in particular in Brazil, the production of the knowledge and the promotion of the economic and social development of the areas (now just Regional Development - DR) they have as one of the bases, since the decade of 1960, the Institutions of Superior Education - IES, or the Universities. So, it has been designated to these ones the task of producing science and technology, as well as of forming human resources to act in an efficient way in the existent economic sections in the society. In the state of Santa Catarina the perception on the potential of the Universities as promoters of DR were retaked in the beginning of 2004, with the creation and application of the "Program of Superior Education for the Regional Development" - PROESDE. It is an initiative of universities in the west of Santa Catarina and public organs, that saw in the agents' of regional development formation a possibility to impel the development of the areas. Implemented initially at the areas west and half west, in the year of 2006 the program was extended for the north plateau and other areas of the state, having formed last groups in the year of 2008. That text has for objective to analyze the purposes and results reached by the program starting from the analysis of the university conceptions, development and paper of the science and technology-CT presents in the project of creation of this, in comparison to the conceptions appeared during its application at the University of Contestado - UnC (campus of Caçador, Concordia, Canoinhas, Curitibaanos and Mafra). So, this text will do, at first, a brief historical ransom of PROESDE/SC, characterizing the context that motivated

its creation, as well as its guidelines, objectives and conceptions. After that, the contradictions of the process will be analyzed starting from the conception of the educational ones linked to the program and of the conduction of the course for UnC. Concluding, we will make a reflection about the contribution of PROESDE for the debate around the promotion of the regional development.

Key Words: regional development - community universities - public politics.

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o início de 1960 tem sido designada às Instituições de Educação Superior (IES) a tarefa de formarem recursos humanos, produzirem ciência e tecnologia, além de atuarem como partícipes na promoção do desenvolvimento regional. Nesta perspectiva, o governo do estado de Santa Catarina formulou, em 2004, uma política pública em parceria com algumas Universidades: o Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE. Este se fundamentou no pressuposto de que a formação de agentes regionais para intervir no território constitui alternativa para fazer frente às desigualdades regionais. Ou seja: partiu do princípio de que, com o capital social¹ das regiões fortalecido e integrado, e com a atuação conjunta de lideranças de uma comunidade ou região, há maiores possibilidades de promover o desenvolvimento destas, logrando melhor qualidade de vida aos seus habitantes.

A sociedade atual é marcada pelo individualismo e egocentrismo (RATTNER, 2006), de modo que produtos e serviços (inclusive os educacionais) também tendem a ser concebidos como mercadorias que tornam o ser humano cada vez mais alienado e, portanto, indiferente às mazelas sociais que afetam seu país. Até mesmo as instituições sociais de caráter público, como as IES, têm assumido configuração de organizações que buscam interesses próprios dos agentes que a compõem – e não da sociedade como um todo (CHAUÍ, 1999).

Neste contexto o PROESDE, que buscava promover o DR por meio da cooperação, da articulação em redes, do planejamento conjunto de ações de impacto direto no território, visando consubstanciar maior inserção das IES em suas regiões de abrangência, se constituiu num desafio, na medida em que se contrapunha à concepção vigente.

Neste texto buscaremos discutir as possibilidades e limites da via de contribuição para o DR escolhida pelo PROESDE/SC. Para tanto, este texto fará, a princípio, um breve resgate histórico do PROESDE/SC, caracterizando o contexto que motivou sua criação, bem como suas diretrizes, objetivos e concepções. Em seguida, serão analisadas as contradições do processo a partir da concepção dos docentes ligados ao programa e da condução do curso pela UnC Finalizando, faremos uma reflexão sobre a contribuição do PROESDE para o debate em torno da promoção do desenvolvimento regional.

¹Para Putnam (1984), citado por Rattner (2006), o capital social se reflete no grau de confiança existente entre os diversos atores sociais, seu grau de associativismo e o acatamento às normas de comportamento cívico, tais como o pagamento de impostos e os cuidados com que são tratados os espaços públicos e os “bens comuns”. Enquanto o capital humano é produto de ações individuais em busca de aprendizado e aperfeiçoamento, o capital social se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações internas e externas.

O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) em SC

No Brasil o Estado atuou fortemente como indutor do desenvolvimento desde meados da década de 50, por meio do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Teve grande impulso até meados da década de 70, com a implementação do I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs, alicerçados na estratégia de industrialização por meio do processo de substituição de importações (GOULARTI FILHO, 2002). A característica comum dessas políticas desenvolvimentistas até então adotadas foi o seu caráter exógeno, capitaneada pelo Estado, que buscava maior inserção do Brasil na economia mundial e a passagem deste para o rol dos países desenvolvidos, ancorados na teoria das etapas do desenvolvimento de Rostow².

A partir de 1980 este modelo desenvolvimentista apresenta claros sinais de esgotamento. Inicia-se um período de forte instabilidade econômica, marcado por altas taxas de inflação, endividamento externo e desaceleramento da taxa de crescimento do PIB. Em termos ideológicos o neoliberalismo ganha força entre as elites dominantes do país e inicia-se o processo de desmonte do “Estado do Bem Estar Social” (ainda incipiente no Brasil); as privatizações diminuem o poder de intervenção estatal e este diminui a sua intervenção na economia. Esta mudança no foco de atuação do Estado, que passa a se posicionar mais à margem da economia, atuando como um “facilitador” do mercado, interfere também na possibilidade de planejar de forma eficiente o desenvolvimento das regiões.

Em função da acentuação das desigualdades regionais propiciadas pela globalização, aliada à diminuição do poder do Estado de atuar de forma efetiva sobre as regiões, desde meados da década de 1980 o discurso acadêmico e a prática política da ação local na busca da construção econômica e social ressurgiram em todos os continentes. Estas iniciativas buscam promover o desenvolvimento de localidades, regiões e países, engendrando concomitantemente um avanço dos estudos acerca da dimensão local-regional do desenvolvimento (LINS, 2003, DINIZ, 2006, BAGGIO, 2002, SANTOS, 2000).

O local passa, então, a ser o locus privilegiado de atuação, onde efetivamente ocorrem “novas formas de segmentação do mercado de trabalho, mudanças nas políticas de bem-estar; aumento da autonomia financeira das localidades, políticas locais de promoção do desenvolvimento”. (DINIZ, 2006, p. 7). Neste cenário, várias regiões do planeta iniciaram um processo endógeno de desenvolvimento, caracterizado pela tomada de consciência de que era preciso agir localmente para sobreviver ao processo de globalização, excludente, em curso.

Também em Santa Catarina vem ocorrendo processos de promoção do desenvolvimento regional, haja vista as assimetrias existentes entre as regiões, o que têm provocado forte crescimento de umas em detrimento de outras.

Diversos autores afirmam que a estrutura industrial de Santa Catarina é diversificada, composta por elevada presença de pequenas e médias empresas, mas também por várias grandes empresas, concentração espacial de empresas de um mesmo setor (CAMPOS et al, 2002), ou

²Rostow (1974) formulou uma teoria com base nas etapas do desenvolvimento, segundo a qual, de acordo com Siebert (2006, p. 57), “cada região seguiria as mesmas etapas do desenvolvimento (pré-industrial, industrial e pós-industrial), mas umas iniciariam este processo antes das outras, por motivos internos”, o que explicaria a diferença nos estágios de desenvolvimento de cada país. As idéias de Rostow influenciaram sobremaneira políticos, economistas e estudantes dos países então emergentes que pretendiam industrializar-se, já que era imbuída da convicção de que nada impediria que os países atrasados acabassem chegando ao status de desenvolvidos, desde que seguissem essas etapas.

especialização regional (GOULARTI FILHO, 2002). Essas especificidades industriais levam alguns autores, como Cunha (1999) a crer que existe no estado um verdadeiro “modelo de desenvolvimento”.

No entanto, uma análise mais apurada feita por autores como Lins (2000) e Goularti Filho (2002), revela que não é bem essa a realidade dos catarinenses.

Quando circunscrita ao interior das fronteiras estaduais, a visão constata uma estrutura espacial bastante heterogênea, onde municípios com elevado Índice de Desenvolvimento Social, como vários localizados no Vale do Itajaí e no nordeste do Estado, contrastam com muitos em situação bastante precária, como no oeste catarinense.

Desta forma, não se pode afirmar que existe em SC um modelo de desenvolvimento. E, a despeito da indicação de que o estado catarinense tenha uma trajetória vitoriosa no que tange à sua formação econômica, existem disparidades regionais que saltam aos olhos quando destinamos um olhar mais crítico sobre as suas diferentes regiões. Como exemplo destas disparidades, podemos observar as diferenças de PIB dos municípios do planalto norte e oeste de SC em relação aos situados nas regiões norte/nordeste e sul catarinense. As regiões Nordeste e Médio Vale do Itajaí, juntamente com a Região Metropolitana de Florianópolis, se destacam por seu forte dinamismo. De acordo com a SEPLAN-SC (2007), dos cinco municípios que tiveram maior participação no PIB (Produto Interno Bruto) do estado em 2005, quatro eram provenientes dessas regiões [Joinville, com 10,36% do PIB; Florianópolis, com 6,10%; Blumenau, com 5,75% e Jaraguá do Sul com 5,18%], sendo que somente Chapecó (com 3,66% do PIB) se localizava na região Oeste.

Quando se analisa a participação das Secretarias de Desenvolvimento Regional-SDRs³ na formação do PIB catarinense, essas disparidades se fazem sentir ainda com maior ênfase. Dentre as dez SDRs com maior participação na composição do PIB estadual em 2004, as seis primeiras estavam localizadas nas regiões norte/nordeste, vale do Itajaí, grande Florianópolis e sul catarinense (Joinville, Grande Florianópolis, Blumenau, Jaraguá do Sul, Criciúma e Itajaí), centralizando 51,96% do PIB; as duas seguintes estavam situadas na região oeste do Estado (Chapecó e Concórdia), com 4,43% e 4,27% de participação, respectivamente; a nona posição coube à SDR de Mafra (com um índice de participação de 4,08%), situada no planalto norte catarinense; e a décima posição à SDR de Lages que, situada no meio-oeste de SC, deteve 3,36% da participação no ranking estadual (SEPLAN-SC, 2007).

O PROESDE foi criado em 2004 pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina (SED) e das SDRs, em parceria com as universidades comunitárias do oeste e meio oeste de SC [Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina – UNOESC; Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ e Universidade do Contestado – UnC] e pleiteava ações governamentais no sentido de diminuir essas disparidades regionais.

A parceria efetuada entre Estado (por meio da SED e das SDRs) e das Universidades, vislumbra a possibilidade de formar rede de atores sociais, a fim de intervir no território, buscando seu desenvolvimento. À universidade coube papel preponderante no processo, considerada como detentora de competência técnica para a formação de agentes com habilidades específicas para atuarem em projetos regionais, endogenamente construídos.

Dentre os objetivos do PROESDE destacamos: (1) possibilitar, a partir da união de esforços de diferentes atores, que universitários tivessem formação complementar como agentes para o

³ As Secretarias de Desenvolvimento Regional foram criadas na primeira gestão do Governador Luiz Henrique da Silveira (2003-2006) e tinham como objetivo, de acordo com Siebert (2006, p.03) “combater a litoralização, que vem esvaziando, dramaticamente, o campo, e inchando, deformando as cidades” e “reequilibrar, harmonicamente, a população catarinense em todo o território”.

desenvolvimento regional; (2) favorecer a promoção do desenvolvimento estratégico da região; (3) ampliar o aporte de recursos públicos para o desenvolvimento da educação superior em SC (APRESENTAÇÃO DO PROESDE, 2004).

Para tanto, a principal estratégia do PROESDE era a formação de profissionais com capacitação específica para intervir no território, por meio da formulação, implementação e gestão de planos de desenvolvimento local - os chamados agentes de desenvolvimento regional.

Implementado no início de 2004, o programa atendia aos seguintes princípios:

a) O Estado de Santa Catarina disponibilizou recursos públicos para pagamento de 70% dos custos da graduação aos alunos que participaram do programa; b) como contrapartida as Universidades [...] ofereceram gratuitamente o Curso Superior Seqüencial de Complementação de Estudos em Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional, com a finalidade de complementar os conhecimentos obtidos pelos alunos nos cursos de graduação, contemplados pelo Programa. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2004)

Desta forma, os alunos contemplados com a bolsa de estudos freqüentaram o curso superior regular e receberam das IES gratuitamente o curso seqüencial de complementação de estudos com ênfase no desenvolvimento regional.

O PROESDE deveria atender a dois requisitos: a) possibilitar o desenvolvimento regional a partir do investimento na educação superior (utilizando o potencial de produção de conhecimento e de pessoal qualificado formado nas IES), razão pela qual seria criado um curso seqüencial⁴ em desenvolvimento regional, com a carga horária de 630 horas, na modalidade de complementação de estudos⁵ e, b) favorecer a permanência de alunos nas universidades regionais, por meio do fornecimento de bolsas de estudo.

O PROESDE – Etapa 1, abrangeu os municípios que compõem as SDRs de São Miguel Do Oeste, Maravilha, São Lourenço Do Oeste, Palmitos, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Videira, Caçador, Canoinhas, Campos Novos e Curitiba.

O Curso Seqüencial de Formação de Agentes em Desenvolvimento Regional, que faz parte do PROESDE, foi concebido buscando a consecução do seguinte objetivo:

⁴ Os cursos seqüenciais constituem uma modalidade do ensino superior, na qual o aluno, após ter concluído o ensino médio ou concomitantemente, pode ampliar seus conhecimentos ou sua qualificação profissional. Destinam-se à obtenção ou atualização de qualificações técnicas, profissionais ou acadêmicas. Definidos por “campo do saber”, os cursos seqüenciais não se confundem com os cursos e programas tradicionais de graduação, pós-graduação, ou extensão. Devem ser entendidos como uma alternativa de formação superior, destinada a quem não deseja fazer ou não precisa de um curso de graduação plena. O Curso seqüencial apenas confere um certificado que atesta conhecimento acadêmico em determinado campo do saber. Existem dois tipos de curso seqüencial: o de Complementação de Estudos e o de Formação Específica. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC, 2008).

⁵ Os Cursos Seqüenciais de Complementação de Estudos não estão sujeitos à autorização e nem a reconhecimento pelo MEC. Devem estar vinculados a um ou mais dos cursos de graduação reconhecidos que sejam ministrados por instituição de ensino superior credenciada, e que incluam disciplinas afins àquelas que comporão o programa do curso seqüencial. Esses cursos estão também dispensados de obedecer ao ano letivo regular, mas sujeitam-se às normas gerais vigentes para os cursos de graduação da IES, tais como a verificação de freqüência e de aproveitamento. A proposta curricular, a carga horária e seu prazo de integralização serão estabelecidos pela instituição que os ministrarem. Os candidatos devem ser portadores de certificado de ensino médio. (MEC, 2008).

Agregar à formação de futuros profissionais graduados em cursos superiores a capacitação para planejar, implantar, gerir e avaliar projetos de desenvolvimento sustentável, com visão sistêmica e empreendedora. (APRESENTAÇÃO DO PROESDE, 2004, p. 16)

Desta forma, o acadêmico estaria capacitado a aliar as habilidades específicas do curso regular com a qualificação proposta pelo curso seqüencial, podendo vir a ser um profissional consciente da possibilidade de executar ações coletivas em prol do desenvolvimento da região natal.

As SDRs, por meio dos Conselhos de Desenvolvimento Regional-CDR⁶, indicaram os cursos de graduação das Universidades que fariam parte do programa, ficando ainda determinado que: a) o número de vagas para cada curso seria definido proporcionalmente pelo número de alunos matriculados nestes cursos; b) a seleção dos alunos seria por sorteio; c) os alunos selecionados iriam freqüentar um curso seqüencial gratuito de 630 horas em 03 anos, para a formação de agentes de desenvolvimento regional; d) o curso teria turmas em todos os municípios das SDRs, num mínimo de 25 alunos por SDR.

A distribuição dos recursos (R\$ 3 milhões) do Governo do Estado às Universidades para a execução do programa, de acordo com a apresentação do PROESDE (2004, p. 13) deveria se dar de acordo com os seguintes critérios: 20% de forma igualitária entre as 03 universidades (R\$ 200 mil para cada IES); 30% pela média do IDH das regiões de atuação das universidades; 20% pelo número de alunos matriculados em cada universidade, na área de abrangência do programa; 30% pela população de 15 a 24 anos, da área de abrangência do programa.

A ementa das disciplinas propostas para a matriz curricular do curso envolvia conteúdos bastante específicos sobre a temática do desenvolvimento regional e poderia conduzir o acadêmico a formular uma visão sistêmica acerca do desenvolvimento regional a partir da adoção da endogenia⁷, buscando soluções conjuntas para os problemas que afligem as regiões. Além de aulas teóricas, as disciplinas previam conhecimento *in loco* de experiências bem sucedidas de desenvolvimento regional na própria região ou noutra que apresentasse casos passíveis de análise e que pudessem servir de referência para a elaboração dos projetos dos acadêmicos do Seqüencial (PPP DO CURSO SEQÜENCIAL, 2006).

Além da participação no curso, o acadêmico vinculado ao programa foi orientado a elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso-TCC sobre tema com aplicação direta em algum campo do desenvolvimento regional. A princípio, como ideal, o estudante deveria ter adquirido, ao longo da sua formação, condições de transformar a realidade que passou três anos estudando. Ou seja, o TCC deveria contemplar aspectos importantes da realidade que, analisada ao longo do curso de graduação, engendraria soluções eficientes para a promoção do desenvolvimento que contemplasse pelo menos uma das cinco dimensões do desenvolvimento, que abrangem a sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 2002).

⁶ De acordo com o Plano de Governo (gestão 2003-2006), “os Conselhos de Desenvolvimento Regional (integrados pelos Prefeitos e pelos órgãos da comunidade, que representem a força viva de cada micro-região), constituir-se-ão no Fórum permanente de debates sobre a aplicação do orçamento regionalizado; a escala de prioridade das ações; a integração Estado/Município/Universidade/Comunidade, no planejamento e execução de metas”. (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007). Assim, em cada SDR, a aplicação dos recursos e a aprovação dos projetos encaminhados pelas administrações públicas e outros órgãos, passa pela apreciação deste conselho.

⁷ De acordo com Siebert (2006 A, p. 3), “o desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região. A endogenia é o conceito que unifica os termos desenvolvimento local, desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial”.

A partir destes critérios, o acadêmico poderia se inserir em uma ou mais dimensões, mas todas elas deveriam ter um caráter coletivo, de inclusão social e de uma nova perspectiva de desenvolvimento baseado na sustentabilidade.

Os projetos dos alunos foram defendidos pelos mesmos em banca aberta ao público, por ocasião do “II Seminário Interinstitucional do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional”, ocorrido no dia 03 de março de 2007. A maioria das turmas concluiu o curso no ano de 2007, com a apresentação do TCC, outras o fizeram ao final de 2008.

Como o PROESDE teve grande repercussão em todo o estado, a partir do compromisso do governo do estado de que, caso fosse bem sucedido, o mesmo seria estendido para as demais regiões, lideranças destas exigiram o cumprimento da promessa e o programa foi ampliado para outras regiões no primeiro semestre de 2006. Desta forma, o projeto implementado no oeste e meio oeste do estado, acima descrito, denominou-se etapa 1, tendo posteriormente uma segunda etapa, desta vez nas demais regiões do estado.

De acordo com informações da SED (RCPE, 2007), esta segunda etapa deveria ser implementada nas SDRs de Araranguá, Blumenau, Brusque, Criciúma, Grande Florianópolis, Ibirama, Itajaí, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, São Joaquim, Rio do Sul e Tubarão. No planalto norte de SC, na microrregião abrangida pela SDR de Mafra, o PROESDE foi implementado em conjunto pelas três universidades existentes na região: Universidade do Contestado-UnC, Campus Mafra; Universidade Regional de Joinville-UNIVILLE, campus de São Bento do Sul e Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, na unidade de São Bento do Sul.

Universidades e SDRs do oeste e meio oeste do estado, em conjunto com demais lideranças regionais, por entenderem que o programa foi uma ferramenta importante para ajudar na promoção do desenvolvimento regional, buscam a sua continuidade. No entanto, estes elogios parecem não serem capazes de garantir a continuidade do PROESDE, tampouco esclarecem, para a sociedade e a classe política, sobre sua eficácia em termos econômicos e sociais.

Buscando respostas a estes questionamentos, dissertação defendida por esta autora em 12 de dezembro de 2009 buscou subsídios que contribuíssem para a compreensão da efetividade do PROESDE enquanto política pública capaz de promover o desenvolvimento regional em uma das IES onde funcionou como projeto-piloto: a UnC. Na oportunidade foram analisadas as percepções dos atores acadêmicos vinculados ao PROESDE (coordenadores, gestores e alunos) sobre a contribuição do programa para o desenvolvimento do território em que foi implementado. Neste artigo nos limitaremos a analisar as contradições do processo a partir da concepção dos docentes ligados ao programa e da condução do curso pela UnC.

As concepções que permearam a criação do PROESDE

Que elementos novos o PROESDE trouxe para a temática do desenvolvimento regional? O que ele teve de inovador? O que o diferenciou das demais políticas públicas implantadas em Santa Catarina?

Em se tratando de política pública para a educação superior, não se tem conhecimento, até o momento, de algo similar implantado em Santa Catarina. Foi a primeira vez que uma política pública centrada na formação de agentes em desenvolvimento regional apresentou-se enquanto uma ferramenta capaz de favorecer o desenvolvimento do território.

Os principais pressupostos, objetivos e modus operandi do PROESDE já foram sistematizados na segunda seção. Neste momento serão apresentadas algumas contribuições para análise específica do que o diferenciou dos demais planos e do que ele tinha de inovador, principalmente no que refere às concepções de universidade, desenvolvimento e do papel da ciência e tecnologia que permearam o programa.

Para identificar quais foram as inovações trazidas pelo PROESDE – no plano teórico - em relação às demais políticas públicas de desenvolvimento implantadas em Santa Catarina, procurando identificar semelhanças e diferenças, o programa foi analisado a partir dos seguintes tópicos:

1. Quanto à sua concepção: Em relação aos demais planos implantados no Estado de SC - em sua maioria caracterizados pelo seu caráter exógeno - o PROESDE foi concebido a partir da manifestação de atores vinculados à sociedade civil organizada (num processo endógeno), neste caso representada pelas universidades comunitárias que, a partir de uma articulação tanto inter-institucional quanto territorial, propuseram ao governo do Estado – representado pela SED e pelas SDRs - a criação do programa. Após esta primeira sensibilização, uma comissão interinstitucional (envolvendo representantes das três IES comunitárias das regiões oeste e meio-oeste, bem como das SDRs e da SED), responsabilizou-se pela formulação do projeto, que foi construído de forma coletiva.

Trata-se, portanto, de um plano concebido a partir da observação de uma dada realidade regional (oeste do estado), da identificação de desigualdades regionais existentes em SC e da crença de que o investimento na educação superior (favorecendo a permanência dos alunos nas IES e oportunizando a estes uma formação diferenciada), podem impulsionar o desenvolvimento.

Outra diferença a se destacar com relação aos demais planos se refere ao protagonismo das Universidades no PROESDE, já que, muito além da concepção, a implantação, controle e avaliação do programa também deveriam contar com a sua atuação direta, se constituindo numa oportunidade ímpar de maior inserção destas nas suas regiões de abrangência.

Os demais planos de desenvolvimento implantados no estado de SC, mesmo aqueles que preconizavam maior participação da sociedade civil (a exemplo do Projeto Meu Lugar⁸), tiveram sua gestão e controle centralizados no governo do estado. Assim, com o PROESDE essa responsabilidade foi transferida para as Universidades, trazendo à tona a discussão sobre o papel social das universidades, já que pressupunha a existência de uma forte interação e integração das IES na sua região de abrangência, tal qual preconizado por Goddard (1998)⁹.

A teoria endogenista, tal qual descreve Souza Filho¹⁰ (2006, p. 1) se revelou fortemente na concepção do PROESDE, pois foi criado baseado na convicção de que o capital social, o capital

⁸No período de 2003 a 2008 foi instituído no estado o Projeto Meu Lugar, concebido em parceria do governo do estado (no mandato de Luiz Henrique da Silveira) com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão – SPG. Este objetivava planejar o desenvolvimento regional, criando condições para a transformação das regiões administrativas do estado em polos de desenvolvimento sustentável. (PNUD/SPG/FURB, 2005, p. 12) As SDRs deveriam ser as protagonistas do projeto, pois seriam as articuladoras dos atores sociais regionais, aquelas que conduziriam a elaboração e implementação do mesmo.

⁹Para Goddard (1998) as IES podem contribuir substancialmente para o desenvolvimento sócio-comunitário das regiões em que atuam, por meio de sua influência geral sobre o ambiente cultural local e sobre a formação de lideranças, bem como pelo seu papel na formulação de uma visão estratégica sobre a economia da região.

¹⁰De acordo com Souza Filho (2006), é a teoria do desenvolvimento endógeno que focaliza, com toda atenção, a questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção.

humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, são fatores imprescindíveis para que as regiões conquistem melhorias na qualidade de vida de sua população.

Além do caráter endógeno do programa, se pode afirmar que o mesmo se consubstanciou na teoria do desenvolvimento regional sustentável, tal qual defendido por Sachs (2002), já que no diagnóstico e justificativa de criação do curso de formação de agentes em desenvolvimento regional lê-se que: “Para gerar desenvolvimento não basta produzir crescimento econômico, é necessário integrar, articular e gerir as cinco dimensões, que são: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural.” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2004, p. 10).

O PROESDE também partia do pressuposto de que a promoção do desenvolvimento sustentável é tarefa tanto dos governos como da sociedade civil, o que remete à concepção de redes sociais ou redes de tecnologia social, tal qual descrito por Dagnino¹¹ et al (2004).

2. Implantação e gestão do programa: após a confecção e aprovação do plano deu-se a sua implantação, que também propugnava pela articulação dos atores envolvidos. A seleção dos cursos de graduação que fariam parte do programa deveria ser realizada pelos Conselhos de Desenvolvimento Regional, órgão deliberativo das SDRs; a seleção dos acadêmicos para o programa deveria contar com a participação dos mesmos conselhos e de representantes da universidade e da SED e o curso de formação de agentes em desenvolvimento regional deveria ter acompanhamento permanente das mesmas instituições.

Outra característica importante do PROESDE refere à estreita ligação que deveria ser estabelecida entre os cursos regulares integrantes do programa e o curso seqüencial. Estes cursos de graduação deveriam ser selecionados de acordo com a sua importância enquanto ferramentas de promoção do desenvolvimento regional. A prática da interdisciplinaridade era outro fator propugnado pelo programa, já que previa a atuação conjunta dos acadêmicos em projetos de extensão e, mesmo, por ocasião da formulação do TCC, conforme descrito no PPP do curso seqüencial (2004).

A gestão do programa deveria ser participativa, o curso de formação de agentes deveria ser constantemente acompanhado pelo colegiado [composto por representantes das IES, da SDR e da SED].(REGIMENTO DO CURSO, 2006). Além disso, a comissão interinstitucional, responsável pela elaboração do plano, deveria acompanhar o desenvolvimento do mesmo nas diferentes regiões, efetuando reuniões periódicas com os coordenadores dos cursos e avaliando frequentemente a execução do programa.

3. Objetivos do programa: em sintonia com o avanço das teorias do desenvolvimento regional nas últimas décadas e na necessidade de impulsioná-lo a partir das regiões, Universidades de diversos estados brasileiros estão desenvolvendo programas de pós-graduação com este enfoque. No Estado de Santa Catarina há pelo menos duas iniciativas neste sentido: a Fundação Universidade Regional de Blumenau-FURB e a Universidade do Contestado-UnC, Campus de Canoinhas, ambos com o Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Desenvolvimento Regional.

¹¹Para Dagnino et al (2004) o conceito de ator-rede é compreendido como sendo um conjunto heterogêneo de elementos – animados e inanimados, naturais ou sociais – que se relacionam de modo diverso, durante um período de tempo suficientemente longo, e que são responsáveis pela transformação – incorporação de novos elementos, exclusão ou redefinição de outros, reorientação das relações – ou consolidação da rede por eles conformada. Segundo Jacobi (2000, p. 40): “As redes sociais se expressam como um conjunto de pessoas e organizações que se relacionam para responder demandas e necessidades da população de maneira integrada, mas respeitando o saber e a autonomia de cada membro. Com isso, as redes constituem um meio de tornar eficaz a gestão das políticas sociais, otimizando a utilização dos recursos disponíveis. Ao preservarem as identidades de cada membro e sua competência na gestão dos recursos, fazem com que essas organizações se integrem, tanto na concepção das ações intersetoriais quanto na sua execução, para garantir à população seus direitos sociais”.

O que difere o PROESDE dos demais cursos de desenvolvimento regional está no público atingido, pois este abrangeu alunos de graduação, que receberam o curso de formação de agentes como uma complementação de estudos, visando integrar os conhecimentos adquiridos no curso regular com a possibilidade de intervenção na realidade.

Assim, a intenção dos formuladores do programa seria de proporcionar ao acadêmico um maior contato com a realidade da sua região, além de sensibilizá-lo para intervir no território por meio dos conhecimentos obtidos no curso regular, tornando-se efetivamente um agente social na sua comunidade.

4. Papel da ciência e tecnologia: O PROESDE partiu de uma concepção alternativa de ciência e tecnologia, pois pressupunha a participação social na formulação e no controle da ciência a ser desenvolvida na região. Os projetos de desenvolvimento regional desenvolvidos pelos acadêmicos, ao término do curso sequencial de formação de agentes, deveriam ser formulados a partir da identificação - pelos atores ligados ao PROESDE - das necessidades e prioridades regionais.

5. Resultados esperados: o projeto político pedagógico do curso de formação de agentes em desenvolvimento regional propugnava pela necessidade de formar pessoas com qualificação específica para atuar como agentes de desenvolvimento, afirmando que o investimento em educação se constitui numa ação estratégica para regiões e estados. “Sem esse investimento em educação, os territórios ficarão restritos à mera recepção e execução de políticas de desenvolvimento vindas do governo central, sem possibilidade de crítica ou de inovação”. (FILIPPIM, 2006, p. 5)

Assim, com a implantação do PROESDE, havia expectativa que fosse aumentado o capital social das regiões, por meio de formação de acadêmicos com visão sistêmica, aptos a atuar sobre a realidade social, modificando-a, via elaboração e implantação de projetos de desenvolvimento regional. Além disso, a perspectiva do governo do estado era a de que, em médio prazo, pudesse contar com agentes de desenvolvimento regional, formados no PROESDE, na qualidade de gerentes regionais e técnicos contratados para a gestão de projetos.

Em comparação com os demais planos regionais, podemos perceber que o PROESDE se destaca por insistir na formação e qualificação acadêmica enquanto uma ferramenta indispensável para a promoção regional, enquanto que os demais planos implantados, salvo raras exceções, procuravam executar ações pré-determinadas pelos órgãos planejadores do estado.

Em síntese, esta breve caracterização dos principais postulados presentes no PROESDE nos fornece elementos que permitem afirmar que no plano teórico o programa propugnava, portanto, pela participação, democracia, representatividade, integração e interação territorial.

Entretanto, reflexões efetuadas a partir da análise do processo de implementação do PROESDE demonstram haver fortes dicotomias entre teoria e prática, levando em consideração a concepção dos docentes e a gestão do curso pela UnC.

O PROESDE na Universidade do Contestado

Como explicitado anteriormente, delimitou-se como campo de estudo o PROESDE implementado na Universidade do Contestado-UnC, abrangendo seus cinco campi, quais sejam: Concórdia, Caçador, Canoinhas, Curitiba e Mafra.

Localizada no centro-oeste do estado de Santa Catarina, abrangendo do Planalto Norte, passando pelo Planalto Central e chegando até o meio-oeste, a UnC situa-se em uma região onde ocorreram os episódios históricos conhecidos por “Guerra do Contestado”¹². A UnC se define como uma instituição da sociedade regional. “Sua filosofia, concepção e políticas emergem da realidade que a circunda e, em função dessa mesma realidade, justifica sua razão de ser e de fazer”. (ALMEIDA, 2006, p. 70)

O PROESDE propiciou a UnC algumas possibilidades de parceria que, de imediato e também a médio e longo prazo, pareciam auspiciosas. No curto prazo, recursos financeiros (bolsas aos estudantes), possibilitando a 208 alunos¹³ (distribuídos em seus cinco campus) bolsas de estudo por três anos. No médio prazo, a promessa de projetos conjuntos com SDR e demais atores sociais, tais como administrações municipais, setor produtivo, organizações da sociedade, dentre outros. No longo prazo, a possibilidade de tornar efetiva a promessa de fazer um Plano Integrado de Desenvolvimento Institucional-PIDI com forte vínculo regional. No entanto, a despeito de tudo isso, o PIDI teve sua última atualização em 2005 e não fez qualquer alusão ao programa.

Cada campus teve autonomia para implementar o curso, sendo que até o final de 2008 o mesmo havia sido concluído na UnC.

Utilizando os mesmos critérios que foram seguidos para analisar o PROESDE no plano teórico, exceto o primeiro, faremos agora uma análise do seu processo de implementação para, ao final, destacar as dicotomias havidas no processo.

- Implantação e gestão do programa: ao contrário do ocorrido quando da criação do PROESDE, quando houve uma integração tanto interinstitucional quanto territorial, o desenvolvimento do curso seqüencial de complementação de estudos nos campus da UnC ocorreu de forma isolada, havendo poucos ou nenhum momento de diálogo tanto entre os coordenadores do curso em cada campi¹⁴, quanto com a coordenação interinstitucional do programa. Os diretores acadêmicos selecionaram os coordenadores do PROESDE em seu campi, atendendo a critérios estabelecidos por eles mesmos e estes desenvolveram o curso de acordo com suas próprias concepções e experiências pessoais de gestão. Isso gerou descompasso entre o que propunha o programa e o que aconteceu em cada campi, já que não houve sintonia entre seus formuladores e implementadores.

A escolha dos cursos regulares para integrar o PROESDE, embora tenha contado com a participação de representantes da SED e das SDRs abrangidos em cada campi, não atendeu a todos os fundamentos estabelecidos no regimento do curso. Este previa que os cursos regulares deveriam ser aqueles cujos projetos a serem desenvolvidos pelos acadêmicos pudessem dar uma grande contribuição ao desenvolvimento da região. Entretanto, houve campi em que o curso foi selecionado atendendo a outros critérios, como o custo das mensalidades ou os interesses corporativos da instituição.

No âmbito de cada campi, deveria acontecer reuniões freqüentes do colegiado para avaliar e acompanhar o programa, composto por representantes dos discentes, docentes, SDR e SED,

¹²Com conseqüências marcantes para a região, a Guerra do Contestado ficou conhecida como um acontecimento histórico, ocorrido no início do século XX na região meio-oeste catarinense, envolvendo desde questões de convicções religiosas até conflitos políticos, sociais e econômicos entre os estados do Paraná e Santa Catarina. O embate foi resolvido com a assinatura do Acordo do Contestado, em 1917.

¹³ Este é o número de acadêmicos que concluíram o curso.

¹⁴ As reuniões entre os coordenadores, realizadas na Reitoria da Instituição, ficaram restritas a 3 em todo o período de aplicação do curso e não contaram com a participação de representantes da Comissão Interinstitucional.

juntamente com o coordenador. Essa prerrogativa também foi ignorada de forma quase que geral pelos gestores do curso na UnC.

Assim, como a gestão do programa não foi participativa, o curso de formação de agentes não foi devidamente acompanhado pelo colegiado e, conseqüentemente, os projetos desenvolvidos pelos acadêmicos também foram elaborados de forma isolada no âmbito da universidade, salvo algumas exceções. Por essa razão afirmamos que a UnC, que deveria ser a protagonista do processo, deixou de aproveitar uma oportunidade ímpar de promover a integração entre diversos atores sociais do território, mormente a SDR, a SED e, em especial, a comunidade, que poderia ser chamada para expor suas necessidades e demandas. Os únicos momentos de interação com as SDRs e SED ficaram restritos à realização de palestras, o que não é suficiente quando se preconiza um processo de desenvolvimento endógeno.

Entretanto, apesar de destacarmos aqui o papel da UnC neste contexto, não podemos ignorar o fato de que os órgãos públicos ligados ao PROESDE também não cumpriram com seus papéis, pois muitas SDRs sequer conheciam o programa e mesmo as representações locais da SED deixaram de acompanhar o processo em algumas regiões.

- **Objetivos do programa:** como salientado anteriormente, o objetivo primordial do PROESDE era de capacitar os acadêmicos para que pudessem atuar na confecção de projetos de desenvolvimento sustentável, unindo os conhecimentos do curso seqüencial aos obtidos na graduação, de forma que se tornassem agentes em seu território.

Os conteúdos abordados durante o curso seqüencial abrangeram temas diretamente ligados à temática do desenvolvimento regional e foram absorvidos de forma satisfatória pelos acadêmicos. Entretanto, para além da teoria, o curso previa viagens de estudos para conhecimento *in loco* de experiências exitosas em desenvolvimento regional, o que não foi levado a termo por coordenadores de pelo menos 3 campus da UnC. Em que pese os motivos alegados para a não realização dessas atividades, o fato mais importante é que não foi propiciado aos acadêmicos conhecerem de fato a realidade de sua região, o que levou a um menor aproveitamento do seu potencial na confecção e implementação dos projetos por eles desenvolvidos.

Ou seja, o fato do curso ter realizado raras visitas e seminários, de não ter contado com participação efetiva dos atores externos – como SDR, SED, Prefeituras, etc. – permite inferir que coordenadores e alunos consideram que a **rede** de desenvolvimento regional, prevista no projeto, vai se constituir apenas pelo conteúdo das aulas. O projeto de ensino de qualidade, de que fala Goergen (2000), passa por uma formação capaz de integrar o conteúdo de sala com uma reflexão vinculada à prática (pesquisa e extensão). Os conteúdos apreendidos nas salas de aula são importantes para a formação acadêmica, mas é comum haver muitos cursos que formam profissionais sem nenhuma vivência prática na área para a qual se qualificaram. Assim, o principal objetivo do PROESDE, que era formar verdadeiros agentes de desenvolvimento regional, restou prejudicado pela forma com que o curso foi conduzido pelos seus gestores.

- **Papel da ciência e tecnologia:** Para Dowbor (1999) é o poder local que pode levar uma localidade à sua auto-transformação econômica e social. Esse poder local, de acordo com Franco (2000), Filipim (2006), Lins (2007), Jara (2001), Boisier (1997), Godard (1987), Putnam (1996) dentre outros, pode ser construído por meio da articulação e fortalecimento dos diferentes atores sociais do território, na medida em que trabalhem na busca de objetivos comuns, constituindo assim o processo chamado de ator-rede (DAGNINO, 2004a. FILLIPIM, 2006).

A ciência e tecnologia, tal qual descrita por Dagnino (2008; 2006), Dias; Silva (2008), Herrera et al, (2003), é vista como uma ferramenta para a produção da democracia, da cidadania e da

participação, na medida em que, se contrapondo à tecnologia convencional, produza artefatos que “[atendam] às demandas de toda a sociedade e não aos interesses de uma pequena parcela desta”. (DAGNINO; DIAS, 2006, p. 10). Estes artefatos podem ser tanto produtos que atendam a essas demandas, quanto serviços e processos. Por isso, o desenvolvimento local coaduna com a visão alternativa, descrita por Dagnino; Dias (2006), e com o conceito de tecnologia social (DAGNINO, 2004; RUTKOWSKI; LIANZA, 2004).

A proposta do PROESDE constava dos princípios do conceito de tecnologia social e visão alternativa da ciência. Entretanto, depois de analisar todo o processo, esta concepção parece ter ficado restrita aos idealizadores do programa, pois durante sua implementação elementos imprescindíveis para sua efetivação não se fizeram presentes. As dificuldades de fazer valer a proposta tal como elaborada foram percebidas durante todo o processo de implementação, desde o início na etapa de seleção de coordenadores, cursos e alunos, incluindo a constituição da rede de atores promotores do DR.

Para se constituir num programa construído coletivamente, como prevê o conceito de ator-rede presente no plano teórico do PROESDE, seria necessário que houvesse uma constante articulação e interação entre os envolvidos. E para garantir que as propostas de C&T fossem preconizadas segundo o conceito de tecnologia social, seria fundamental que representantes da sociedade - seja de associações, movimentos comunitários, ONGs, dentre outros - participassem ativamente da elaboração de todas as atividades do programa, sendo ouvidos em suas necessidades e estabelecendo os vínculos para garantir a interlocução e compreensão dos atores acadêmicos para com as demandas sociais.

Mas, da forma como se deu o processo, a responsabilidade de “promover o desenvolvimento regional” ficou a cargo quase exclusivamente da Universidade, uma vez que não houve interação, nem ações que permitissem conhecer a realidade externa. Consequentemente, não se constituiu, minimamente, uma rede! E, mesmo no âmbito da Universidade, a interlocução e comunicação praticamente inexistiu: em geral, coordenadores do seqüencial não dialogaram com coordenadores dos cursos contemplados no PROESDE, não estabelecendo também um contato mais direto com os coordenadores do curso em outros campi; os docentes do seqüencial tampouco foram convocados para reunir-se em colegiado e discutir interdisciplinaridade. Sequer a SED, que teria a incumbência de acompanhar diretamente o processo, o fez de forma integral em todos os campi. Diante deste cenário, fica claro que o aluno ficou extremamente restrito em suas oportunidades de conhecer a realidade local, uma vez que as demais instâncias gestoras e articuladoras praticamente se eximiram de promovê-la conjuntamente e ao longo do processo formativo.

Segundo a proposta do PROESDE, caberia à universidade o papel de mobilizadora do capital social da localidade, ou de atuar como articuladora - mesmo na perspectiva do processo de desenvolvimento endógeno, como ressaltam Bandeira (2004); Síveres (2006), dentre outros. No entanto, se ela se limita a cumprir determinada ementa ou vencer determinado conteúdo, na expectativa de que este, por si, consiga suprir da vinculação com a sociedade, sobressai a visão linear de ciência e tecnologia, como descrito por Dagnino; Dias (2006).

Além disso, cabe analisar a forma com que o programa foi implementado em cada campus. Ele foi idealizado com um formato geral e replicado nas diversas cidades onde estava a Universidade, sem sofrer alterações para se adequar à realidade de cada região. Ao contrário: manteve uma proposta inicial rígida, não debatida com os atores sociais, adaptada somente na busca de docentes, em cada campus, capazes de ministrar o conteúdo programático.

- Resultados obtidos: com relação ao PROESDE implantado nos campus da UnC, objeto deste estudo, as contradições havidas entre a formulação e implementação do programa nos permitem afirmar que os resultados obtidos com o programa poderiam ter sido melhor

potencializados, caso o mesmo tivesse sido melhor conduzido e tivesse contado com uma efetiva participação dos atores sociais do território, como propunham seus formuladores.

Nosso estudo se limitou a investigar os resultados obtidos a partir da análise do seu processo de implementação. Por isso, um estudo posterior deveria ser efetuado para investigar a abrangência e efetividade dos projetos desenvolvidos pelos acadêmicos.

Considerações Finais

O Governo do Estado de Santa Catarina propôs no início de 2004, com a criação e implementação do PROESDE, retomar a importância das Universidades como promotoras do desenvolvimento regional ao designar a elas a tarefa de formar ‘agentes de desenvolvimento regional’ por meio de um curso sequencial. As Universidades, neste programa, seriam os pilares da construção de uma parceria entre diversas instâncias e atores governamentais e sociais, visando a construção de planos de desenvolvimento regional.

Quanto à concepção de desenvolvimento regional, identificamos no PROESDE uma abordagem inovadora no âmbito do estado de SC. Ele foi concebido a partir de princípios da visão alternativa de CTS, nos fundamentos da tecnologia social e na concepção de uma universidade fortemente vinculada às demandas da comunidade.

Ao longo da implementação do programa, no entanto, nem sempre estes fundamentos foram conhecidos, compreendidos e, por extensão, implementados. Desta forma, ficou explícita nas diferentes fases do projeto, ou seja, na dinâmica da sua implementação, que os atores acadêmicos não se apropriaram devidamente da concepção que fundamentava a proposta inicial. Tal pode ser observado em diversos momentos - desde o início, na seleção de alunos para o programa, ao final, na definição dos temas dos TCCs. Assim, a todo o momento, observamos uma enorme dificuldade de fazer valer os propósitos inicialmente projetados.

Mas quê causou tanta dificuldade em correlacionar teoria e prática? A princípio, cabe abordar a gestão do programa, que em muitas ocasiões ocorreu de forma equivocada, desarticulada e sem sintonia entre seus atores, fazendo com que a implementação fosse diversa daquela propugnada. Não só a seleção de alunos, mas também a dos cursos regulares, coordenadores e professores a integrem o PROESDE, não seguiram as regras estabelecidas e dificultaram, dessa forma, o desenvolvimento do processo de modo a lograr o resultado desejado.

Além disso, cabe considerar as diferenças quanto à concepção dos atores acerca do papel da ciência e da tecnologia e, por extensão, da universidade, no processo de desenvolvimento regional. Neste âmbito, chama a atenção a concepção dos próprios coordenadores do programa em diversos campi, cuja condução da formação tendeu ao cumprimento de conteúdos programáticos e de uma relação com a sociedade pautada na realização de palestras.

Outro elemento importante desta análise diz respeito à percepção de que o PROESDE não foi, efetivamente, uma prioridade para a UnC, à medida que o espaço político e os recursos obtidos por parte de gestores e dirigentes da Universidade, conforme identificaram os coordenadores, foram insuficientes para que pudesse cumprir os objetivos inicialmente propostos. Ou seja, até mesmo os atores universitários ainda não parecem convencidos de que os recursos e o potencial da universidade interferir positivamente no desenvolvimento econômico e social da sua região passa por políticas e tarefas distintas das atuais, carecendo de uma revisão da forma com que são cumpridas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dados obtidos parecem apontar para o fato de que os atores acadêmicos ligados ao PROESDE não assimilaram efetivamente os princípios de um processo de desenvolvimento construído de forma coletiva, como previa o programa. Ou seja, alertam para o fato de que, para impulsionar o desenvolvimento regional, não bastam bons projetos, alicerçados em teorias modernas que primam por princípios de democracia e participação. É imperativo que os envolvidos também estejam imbuídos desses princípios, fazendo com que a prática seja coerente com os programas propostos.

A despeito das críticas, não se pode deixar de lembrar que o PROESDE também possibilitou avanços, referentes à discussão em torno da realidade regional, na visualização de problemas e potencialidades locais/regionais, no despertar de alunos e professores para uma forma de desenvolvimento que leva em conta não só a faceta econômica, mas incorpora as dimensões social, cultural, ecológica e natural a esse processo tão desejado por todos.

Apesar de concluir esta investigação, não podemos encerrar nesse momento nossa análise e reflexão quanto à contribuição do PROESDE para o desenvolvimento regional. É certo que, de alguma maneira, ele contribuiu para questionar o modelo de desenvolvimento adotado no estado catarinense, centrado na visão da neutralidade e linearidade da ciência, impulsionado pelo Estado e, na maioria das vezes, incapaz de atender às necessidades da sociedade. Por outro lado, também é fato que o PROESDE não conseguiu atingir seus objetivos iniciais. De toda forma, a despeito de não termos clara percepção do quanto ele permitiu avançar na compreensão de uma concepção de desenvolvimento construído democrática e participativamente em uma articulação em rede, parece fundamental que esta discussão permaneça viva na Universidade e no seio da sociedade, a fim de ser melhor assimilada e disseminada, permitindo a construção de um modelo de ciência e tecnologia alternativo, mais atento à justiça social.

Neste sentido, é chave a tarefa das universidades, em especial as ditas “comunitárias” na criação de uma consciência social sobre este tema. Repensar o papel da universidade, no caso brasileiro, abrange a busca de estruturas produtivas em nível de excelência capazes de contribuir, de alguma forma, para a autonomia tecnológica e para inserção no mercado global. “Mas também, e acredito primordialmente, exige atentar para a importância de construir uma sociedade mais justa, solidária, pacífica, pela formação de alunos com competência técnica e social – em suma, de cidadãos”. (MENEGHEL, 2003, p. 23)

Referências

ALMEIDA, D. A. **A relação universidade-empresa e sua contribuição para o desenvolvimento regional**: o curso de megatrônica da UnC-Curitiba/SC. Dissertação de Mestrado. Blumenau/SC: FURB/PPGDR, 2006.

APRESENTAÇÃO DO PROESDE. UnC, UNOESC e UNOCHAPECÓ, formato doc. 2004.

BAGGIO, U. C. **Considerações sobre a reestruturação econômica global e seus impactos sobre o território**. Departamento de Geografia da FFLCH-USP/SC. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 12, 2002

BANDEIRA, P. S. Universidades, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: PERIN, Zeferino (Org.). **Desenvolvimento regional: um novo paradigma em construção**. Erechim/RS: EdiFAPES, 2004.

BOISIER, Sérgio. **El vuelo de una cometa**. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1997.

CAMPOS, R. R., et al. **Reestruturação Industrial e Aglomerações Setoriais Locais em Santa Catarina**. In: VIEIRA, Paulo Freire (org). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

CHAUÍ, M.S. Reforma do ensino superior e autonomia universitária. **Serviço Social e Sociedade**, v.61, p. 118-126, 1999.

CUNHA, I. J. **A economia catarinense rumo a um novo século**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1999.

CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Projeto político-pedagógico**. UnC/UNOCHAPECÓ/UNOESC, 2004.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política**. UFSC, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, v. 1, n. 5, 2004

DAGNINO, R. **Enfoques sobre a Relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo**. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/rdagnino3.htm>>. Acesso em 03 abr.2008.

DAGNINO, R. & DIAS, R. **A Política Científica e Tecnológica Brasileira: três enfoques teóricos, três projetos políticos**. Disponível em <www.ocyt.org.co/esocite/Ponencias_ESOCITEPDF/1BRS027.pdf> Acesso em: 20 set. 2006.

DAGNINO, R., BRANDÃO, F.C. & NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DIAS, R.; SILVA, R. **Tecnologia Social e Adequação Sociotécnica: relações com a política científica e tecnológica**. Grupo de Análise de Políticas de Inovação. DPCT/IG/UNICAMP, 2008.

DINIZ, C. C. **Globalização, escalas regionais e política tecnológica regionalizada no Brasil**. CEPAL- LC/BRS/R.172, jun. 2006.

FILIPPIM, E. S. et. al. **As universidades comunitárias e o desafio da educação preparatória para o desenvolvimento regional**. Documento do word. 2006.

FILIPPIM, E. S. **Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional - Relatório do 2º Semestre 2005**. Joaçaba: UNOESC, mar. 2006.

FRANCO, A. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?** Da Revista Século XXI, Brasília: Editoração Eletrônica Compukromus e Assessoria Gráfica Ltda. Millennium Instituto de Política, 2000, Separata do número 3.

GODARD, O. et al. Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. In: **Estudios Territoriales**. Madrid, n. 24, 1987.

GODDARD, J. **La contribución al desarrollo nacional y regional**. Paris: UNESCO, 1998. [24] p. (La Education Superior en el Siglo XXXI: Visión et acción)

GOERGEN, P. **A crise de identidade da universidade moderna.** In: SANTOS, Fo.; MOARES, S.E. (Org.) **Escola e universidade na pós-modernidade.** Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESC, 2000, p. 101-161.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis/SC: Cidade Futura, 2002.

HERRERA, A. Novo Enfoque do Desenvolvimento e o Papel da Ciência e Tecnologia. In: DAGNINO, R.; THOMAS, H. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: uma reflexão latino-americana.** Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

JACOBI, P. **Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas.** In: **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 34, n. 6, nov./dez. 2000.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 2001.

LINS, H. N. **Promoção do desenvolvimento em escala territorial:** uma abordagem com ênfase na experiência catarinense. Texto para discussão, Florianópolis: UFSC, n. 6, 2003.

LINS, H. N. **“Dinâmica de Proximidade”:** possível marco conceitual para análises de realidades urbano-industriais e rurais. FURB: PPGDR, 2007.

LINS, H. N. Acenando para o Novo Século. In: **A Realidade Catarinense no Século XX.** Florianópolis: IHGSC, 2000.

MENEGHEL, S.M. A função da universidade na sociedade: elementos para repensar a organização universitária brasileira. In: ZAINKO, M.A.; GISI, M. L. (Org.) **Políticas e gestão da educação superior.** Curitiba: Champagnat; Florianópolis: Insular, 2003, p. 223-247.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas., 1996

RATTNER, H. **Prioridade: construir o capital social.** Disponível em: <abdl.org.br/articleview/608.2003>. Acesso em: 26 jul. 2006.

REGIMENTO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional.** UnC/UNOCHAPECÓ/UNOESC. Documento do Word, 2006.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro, ZAHAR, 1974.

RUTKOSKI, J. & LIANZA, S. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIEBERT, C. A. F. O Reordenamento Territorial do Médio Vale do Itajaí. In: **Indústria e Estado: a reestruturação produtiva e o reordenamento do território do médio vale do Itajaí**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2006.

SIEBERT, C. A. F. **Endogenia e heteronomia: a experiência de Santa Catarina com o projeto meu lugar**. Artigo apresentado no III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul/RS: UNISC, 17 a 20 de outubro de 2006(A).

SILVEIRA, L. H. **Plano de Governo**. Disponível em <<http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/paginas/planodegoverno00.htm/>>. Acesso em 10 out. 2007.

SÍVERES, L. **Universidade: torre ou sino?** Brasília: Universa, 2006.

SOUZA FILHO, Jorge Renato. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Disponível em: <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>. Acesso em 18 maio 2006.

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Complementação de Estudos em Programa de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional**. Formato doc. 2004.

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – CAMPUS MAFRA/SC. **Projeto de Criação do Curso Sequencial de Complementação de Estudos de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional e Respectivo Projeto Político Pedagógico**. Formato doc. 2006

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. **Ordenamentos Jurídicos**. Arquivo em pdf. 2003.

Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.sc.org.br/secretariasregionais/>>. Acesso em 10 jul. 2008.

Ministério da Educação. Cursos superiores sequenciais. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=425&Itemid=295>>. Acesso em 20 fev. 2008.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 22/03/2007.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Inovação - Rede Catarinense de Pesquisadores em Educação (RCPE)** <<http://rcpe.sed.rct-sc.br/>>. Acesso em 24 abr. 2007.

SANTA CATARINA. **Secretaria do Planejamento do Estado de-SEPLAN**. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/>>. Acesso em 12 abr.2007

¹SCHAFASCHEK, Margarida B. - Professora da Universidade do Contestado – UnC e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau / FURB. margarida@mfa.unc.br.

MENEGHEL, Dr^a. Stela M. – Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau / FURB (orientadora). stmeneg@terra.com.br.